

# Tema: Educação do campo e indígena

Rosângela Celia Faustino

Universidade Estadual de Maringá – PR

Katia Regina Moreno Caiado

Universidade Federal de São Carlos – SP

## Apresentação

A expropriação e privatização das terras levadas a cabo pelo mercantilismo, desde o período da colonização, e, posteriormente, pelo sistema capitalista com a introdução da mecanização no campo, da monocultura para exportação e do agronegócio, tem causado sérios danos ao meio ambiente e feito com que as populações do campo e indígenas enfrentem extremas dificuldades para garantir suas organizações sociais e de subsistência. Por meio de lutas e resistência na área da educação, atualmente, as políticas públicas têm sido pautadas por alguns avanços nos direitos políticos desses segmentos sociais historicamente excluídos.

Desde a última crise econômica internacional do sistema capitalista, deflagrada nos anos de 1970, com altas taxas de desemprego (FORRESTER, 1997), que levou a vertiginosos processos de migrações (ENZENSBERGER, 1993) no âmbito da acumulação flexível (HARVEY, 2004; 2005), da globalização e da adoção do neoliberalismo como modelo de estado; os organismos e organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, (UNESCO), o Banco Mundial e outros têm se tornado legítimos formuladores de políticas públicas de inclusão social. Estas têm como objetivo aliviar a pobreza das populações consideradas vulneráveis (UGÁ, 2004), constituir uma plataforma de reformas baseada no discurso da tolerância e no reconhecimento da diversidade cultural (WOOD, 2003), buscando, com isso, maior coesão social para a governabilidade.

No contexto da crise e como enfraquecimento dos governos militares em países da América Latina, eclodiram movimentos sociais e revolucionários, destacando-se, no período de 1984 o movimento pelas *Diretas Já* no Brasil e o levante do *Exército Zapatista de Liberação Nacional* (EZLN) no México, em 1985. Em outras partes do mundo, inclusive nas economias centrais (ARRIGHI, 1997), outros movimentos sociais ocorreram como, por exemplo, os protestos de Los Angeles, em 1992 (CALLINICOS, 1995), forçando a elaboração de leis e ampliação de direitos de igualdade.

No final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, amplas conferências sobre Educação para Todos, comandadas pelos organismos internacionais (NOGUEIRA, 2001) defenderam a educação como forma de alívio da pobreza e inclusão social. Foram reformuladas todas as constituições (FAUSTINO, 2006) e nelas se incluíram ou ampliaram os direitos à diferença e a garantia de cidadania a todos.

O relatório Delors (UNESCO, 1996) defendeu a necessidade de se dar maior atenção à cultura e às minorias étnicas. No Brasil a LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/1996, elaborada no mesmo período, mesmo usando a terminologia *educação rural*, tem sido uma garantia legal que possibilita a organização e uma educação diferenciada. No tocante à educação escolar indígena, esta legislação destinou artigos visando orientá-la pelos princípios interculturais e bilíngues.

As populações do campo, os povos indígenas, os deficientes, as populações ribeirinhas e outros segmentos sociais consideradas minorias têm lutado para garantir os direitos constitucionais e enfrentar os latifúndios e o agronegócio. A educação tem sido um dos campos por meio do qual se tem buscado construir relações mais equilibradas e uma educação diferenciada com vistas às possibilidades de formação em níveis mais elevados de ensino, construção de escolas específicas nas quais atuem professores provenientes das próprias comunidades.

Diante destas problemáticas, avaliamos ser pertinentes as discussões do tema Educação do Campo e Indígena, bem como a questão do agronegócio e da educação ambiental que afetam diretamente estas populações. Esta proposta de número especial, apresenta, assim, **6 artigos** de pesquisadores de diferentes instituições brasileiras e um de instituição internacional.

O primeiro artigo, intitulado **EL PROCESO DE EDUCACIÓN AMBIENTAL Y SU EXPRESIÓN EN EL CONTEXTO RURAL**, de autoria de Juan Carlos Rodrigues Cruz de la Universidad Oscar Lucero Holguín –Cuba e Luiz Bezerra Neto, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar-SP – aborda a problemática ambiental, partindo de diferentes abordagens. Analisa a categoria meio ambiente e a sua conotação interligando-a à educação, meio idôneo, que permite uma transformação de um estado real para um almejado. Conceitualiza a educação ambiental a partir de seu conteúdo de definição, partindo de uma vertente pedagógica, com expressões práticas em contextos rurais cubanos que permitem o resgate de tradições e costumes camponeses.

O segundo artigo, intitulado **EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL POSSÍVEL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO**, de autoria de Edna Castro de Oliveira, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES-ES) e Iraldirene Ricardo de Oliveira, Pedagoga do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo, explora a temática da formação na interface Educação do Campo/Educação Profissional (EP), discutindo as mutações no mundo do trabalho, dilemas e perspectivas da formação humana

no campo. Toma como base estudos no âmbito da educação popular, do trabalho e educação, da educação de jovens e adultos (EJA) e a práxis como categoria fundante que mobiliza reflexões e ações em prol de outra lógica na oferta da EJA integrada à Educação Profissional no campo.

O terceiro artigo, intitulado **EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CAMPO: DESAFIOS À EDUCAÇÃO ESPECIAL**, de autoria de Katia Regina Moreno Caiado, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-SP), Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves, Michele Aparecida de Sá, analisa a educação especial no campo por meio da legislação, indicadores sociais e dos relatórios do Programa de Benefício de Prestação Continuada – BPC na Escola. Aborda o silenciamento educacional sobre as pessoas com deficiência que vivem no campo mesmo com a ampliação das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais que vivem no campo, mas que precisam se deslocar até a cidade para a escolarização. Discute o aumento do acesso à escola, por parte dos beneficiários do Programa BPC na Escola, constatando haver, ainda, 31,58% dos beneficiários fora da escola.

O quarto artigo, intitulado **FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM CONTEXTO INDÍGENA**, de autoria de João Henrique da Silva e Marilda Moraes Garcia Bruno, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD-MS), analisa a formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na interface com a Educação Escolar Indígena com a participação de professores do AEE em escolas indígenas de Dourados (MS). Fundamentou-se nos Estudos Culturais e na pesquisa colaborativa, fazendo uso de entrevista semiestruturada, entrevista coletiva e diário de campo. Os resultados evidenciaram: necessidade de formação inicial/continuada para professores do AEE, adequadas às especificidades das escolas indígenas, uma revisão da política de formação dos professores para a Educação Especial em contextos socioculturais diferenciados e a emergência de (re)significação do AEE numa perspectiva intercultural.

O quinto artigo, intitulado **COLONIZAÇÃO E EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO: CONFLITOS E POSSIBILIDADES NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE**, de Leonir Amantino Boff e Isaura Isabel Conte, da Universidade do Estado de Mato Grosso, apresenta uma breve retomada do processo de colonização na Amazônia Mato-grossense, enfatizando aspectos relacionados à floresta, aos povos indígenas nativos e às populações removidas. No presente, sob a lógica de mercado, recrudescemos conflitos entre o agronegócio e a agricultura familiar e camponesa. Os autores afirmam a necessidade de outro paradigma de desenvolvimento da sociedade e de conhecimento filosófico-científico-tecnológico que impactam na agroecologia.

O sexto artigo, intitulado **A OBRIGATORIEDADE DE MATRÍCULA NA PRÉ-ESCOLA NO CAMPO: UM DEBATE NECESSÁRIO**, de Simone Santos de Albuquerque e Crislane Boito, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, realizada no assentamento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra – Integração Gaúcha/IRGA, localizado em Eldorado do Sul/RS. O objetivo foi conhecer as perspectivas das famílias do campo em relação à Lei 12.796/13, que regulamenta a obrigatoriedade de matrícula de crianças a partir de quatro anos na educação infantil. Seis famílias entrevistadas apontaram o desejo de que as crianças participem da vida familiar no campo e de que a matrícula na educação infantil seja opção da família.

## Referências

ARRIGHI, Giovanni. Ailusão do desenvolvimento. Petrópolis,RJ: Vozes, 1997

CALLINICOS, Alex. Capitalismo e racismo.Tradução de: Race and class. Londres: Bookmarks, 1995. Disponível em: <http://socialista.tripod.com>

DELORS, Jacques (Org.). Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998.

FORRESTER, Viviane. O horror econômico. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. Tradução por: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. O novo imperialismo. Tradução por: Adail Sobral; Maria Estela Gonçalves. 2ed. São Paulo: Loyola, 2005.

NOGUEIRA, Sonia Martins de Almeida. As grandes conferências da década de 90, as diretrizes da política educacional e o ensino fundamental: uma abordagem. Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v.9, n. 33, out./dez. 2001.

UGÁ, Vivian Dominguez. A categoria “pobreza” nas reformulações de política social no Banco Mundial. Revista de Sociologia Política. Curitiba, n. 23, p. 55-62, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. Capitalismo e emancipação humana: raça, gênero e democracia. In: \_\_\_\_\_. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. Tradução por: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003a. p. 227- 242.